

E agora, Brasil?

Mais de vinte anos de luta contra a ditadura não cansaram o povo brasileiro. Pelo contrário, como o demonstrou o mais formidável movimento de massas de que se tem conhecimento na história contemporânea desse país — a campanha pelas diretas-já —, os brasileiros ainda cultivam a esperança.

Esperança de mudanças profundas na vida: na economia, na política e na sociedade. Esperança de uma existência mais digna, onde ao invés de o trabalho ser cadeia, seja antes fonte de libertação. Onde o homem não seja escravo, mas sujeito da solidariedade desejada por todos. Será possível isso?

Os rumos da atual transição conservadora não deixam muita margem de dúvida sobre isso. Nem mesmo os dirigentes da

Aliança Democrática sustentariam, no Brasil de hoje, que estamos verdadeiramente a caminho de uma nova sociedade. Isso é sonho ainda por construir, que cabe a todos tecer, em especial, à enorme massa dos deserdados do nosso capitalismo.

Mas, e a “nova República”, de que tanto se falou ultimamente, que papel ela jogará na criação das condições de possibilidade para a emergência de uma nova sociedade? Que futuro imediato nos espera?

Falar das pré-condições para a conquista da democracia no Brasil nos conduz pelo menos a três questões que, nos próximos meses, exigirão uma clara definição do novo governo e de toda a sociedade brasileira. Essas questões são:

1) Qual o sentido das mudanças que se anunciam na economia? Quem serão os reais beneficiários dos chamados "planos de emergência" de 100, 200 ou 500 dias? Vamos romper com o flagelo do desemprego ou vamos continuar submetidos à atual política de recessão?

2) O que vamos fazer com os militares brasileiros? Todo mundo sabe que eles estão a caminho da sua re-profissionalização; mas o que é mesmo que isso vai significar em termos do controle da sociedade sobre as burocracias estatais, em especial, a burocracia militar?

3) Como vamos enfrentar a necessidade da redefinição das instituições políticas do país? Seremos capazes de criar uma verdadeira fonte de legitimidade para essas instituições ou vamos aceitar as limitações das soluções que, sem apoiar-se na soberania popular, apenas apelam a dar poderes ao futuro Congresso, para que ele reescreva as nossas leis maiores?

Eis alguns dos impasses diante dos quais estamos colocados e para os quais temos de encontrar respostas urgentes.

O Editor